



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

GOVERNO

Decreto- Lei n.º 18/2007

Cria Instituto Nacional para Promoção da Igualdade e Equidade de Género, abreviadamente designado INPG

**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS COOPERAÇÃO E
COMUNIDADE**

Direcção Administrativa e Financeira

Extractos de Diploma de Provimento

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO,
CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO**

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 20/GMECJD/07

GOVERNO**Decreto- Lei n.º 18/2007**

Com o propósito de assegurar a promoção e a execução da política governamental em matéria de promoção da mulher e da igualdade de género em S. Tomé e Príncipe;

Considerando a necessidade vital de se criar o “Instituto Nacional para Promoção da Igualdade e Equidade de Género” (INPG) vocacionado para formular políticas, estratégias e programas de desenvolvimento a nível nacional e sectorial e que assegure a coordenação, seguimento e avaliação da execução da Estratégia Nacional para Igualdade e Equidade de Género (ENIEG);

Considerando o papel e a responsabilidade do Instituto Nacional para Promoção da Igualdade e Equidade de Género (INPG) na planificação das actividades, na mobilização dos recursos necessários, na instauração de parcerias com diversos actores, para uma implementação eficaz da Estratégia Nacional para Igualdade e Equidade de Género (ENIEG):

Nestes termos, no uso das faculdades que me são conferidas pela alínea c) do artigo 99.º da Constituição Política, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º

1- É criado Instituto Nacional para Promoção da Igualdade e Equidade de Género, abreviadamente designado INPG.

2- O Instituto Nacional para Promoção Género, funciona na dependência Solidariedade, Mulher e Família.

Artigo 2.º

São aprovados os estatutos orgânicos do Instituto Nacional para Promoção da Igualdade e Equidade de Género–INPG.

Artigo 3.º

O presente decreto entra em vigor nos termos legais.

Visto e aprovado em Conselho de Ministro, aos 14 de Maio de 2007.- O Primeiro Ministro e Chefe do Governo, *Eng.º Tomé Soares da Vera Cruz*; Vice Primeira-Ministra e Ministra do Plano e Finanças, *Dr.ª Maria dos Santos Lima da Costa Tebús Torres*; A Ministra do Trabalho, Solidariedade, Mulher e Família, *Dr.ª Maria de Cristo Hilário dos Santos Raposo Costa de Carvalho*.

Publique-se

Promulgado em 1 de Julho de 2007.

O Presidente da República, *Fradique Bandeira Melo de Menezes*.

ESTATUTO ORGÂNICO DO INSTITUTO NACIONAL PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO**CAPÍTULO I****Natureza e Atribuições****Artigo 1.º
(Natureza)**

O Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e da Equidade de Género, abreviada mente designado por INPG, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica própria e com autonomia Administrativa, Financeira e Patrimonial.

**Artigo 2.º
(Âmbito e Sede)**

O INPG é de âmbito nacional e tem a sua sede na Cidade de São Tomé, Capital da República Democrática de São Tomé e Príncipe, e pode enviar e ou instalar delegações, agências ou representações em todo o território nacional com vista a facilitar e divulgar melhor as suas actividades a atender a população abrangida.

**Artigo 3.º
(Atribuições)**

1. Compete ao INPG, assegurar a promoção e execução da política do Governo em matéria de promoção da mulher e da igualdade e equidade de género em São Tomé e Príncipe incumbindo-lhe, nomeadamente:

- a) Planificar as actividades da Estratégia Nacional para Igualdade e Equidade de Género (ENIEG), elaborar um conjunto de instrumentos de controlo e assegurar a sua coordenação, seguimento e avaliação;
- b) Instaurar uma parceria efectiva com os diversos actores de implementação da ENIEG, assinando protocolos de colaboração com as entidades implicadas;
- c) Mobilizar os recursos necessários à implementação da ENIEG e garantir a sua utilização eficiente e eficaz;
- d) Reforçar as competências em género no país;
- e) Realizar e promover estudos e pesquisas

interdisciplinares e recolha de informação e documentação sobre a temática Género e Desenvolvimento e promoção social, económica e política da mulher;

- f) Pôr regularmente à disposição do Governo e dos parceiros dados e informações sobre a situação das mulheres e dos homens do país;
- g) Participar nas instâncias de concertação e discussão sobre a problemática do desenvolvimento, organizadas tanto pelo governo como pelos parceiros técnicos e financeiros, para que as questões de género sejam melhor tomadas em conta;
- h) Velar pela adequação entre as orientações estratégicas para a promoção da mulher e igualdade de género da ENIEG e os programas e projectos sectoriais de desenvolvimento;
- i) Estudar e propor medidas tendentes à permanente adequação da legislação nacional relativa à igualdade e equidade de género;
- j) Realizar periodicamente análises pertinentes de situação em todos sectores da vida económica e social, a fim de tornar visível as questões de género;
- k) Promover medidas e contribuir para a efectiva representatividade da mulher no poder e tomada de decisão aos diversos níveis, bem como contribuir para a eliminação de constrangimentos que impedem a sua plena participação na governação do país;
- l) Velar pela integração transversal do género em todas as políticas e programas de desenvolvimento do país;
- m) Cooperar com entidades estrangeiras e organizações internacionais que promovam acções relativas ao género, população e desenvolvimento. Acompanhar e participar nas grandes orientações internacionais relativas à mulher e à igualdade de direitos e oportunidades;
- n) Prestar contas regularmente ao governo e aos parceiros sobre os avanços e constrangimentos encontrados na implementação da ENIEG e da igualdade e equidade em São Tomé e Príncipe;
- o) Promover, fomentar, apoiar e desenvolver quaisquer outras acções que tenham como fim a realização dos objectivos fundamentais do INPG.

Artigo 4.º

(Tutela)

A tutela do Instituto é exercida pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade, encarregue das questões de Mulher e Família.

CAPÍTULO II

Estrutura Orgânica e Competências

Secção I

Órgãos e Serviços

Artigo 5.º

(Órgãos)

Para o exercício das suas atribuições e competências o INPG compreende os seguintes órgãos e serviços:

- a) Conselho de Administração;
- b) Director/a Executivo/a;
- c) Conselho Técnico Consultivo;

Artigo 6.º

(Conselho de Administração)

1. O Conselho de Administração é um órgão colectivo de direcção do INPG, composto por sete membros nomeados por decisão do Conselho de Ministros, representados pelos Ministérios do Trabalho, Solidariedade, Mulher e Família, da Economia, do Plano e Finanças, da Justiça, da Saúde, da Educação e do Secretário para os Assuntos Institucionais, Políticos e Organizacionais do Governo regional do Príncipe.

2. Compete ao Conselho de Administração:

- a) Aprovar o programa de acção e o orçamento anual do INPG e de assegurar o seguimento da sua execução;
- b) Acompanhar e apoiar regularmente a execução das missões do Instituto;
- c) Autorizar a celebração de acordos de cooperação com outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- d) Deliberar sobre quaisquer assuntos que submetidos pelo/a Director/a Executivo/a;
- e) Apoiar o/a Director/a Executivo/a na promoção de iniciativas visando a concretização das atribuições e dos objectivos prosseguidos pelo INPG;
- f) O mais que lhe for expressamente cometido por

lei, pelos presentes estatutos ou pelos regulamentos internos do INPG e que não seja da competência de outros órgãos.

Artigo 7.º
(Director/a Executivo/a)

1. O INPG é dirigido, por um/a Director/a Executivo/a, nomeado/a pelo conselho do Ministros sobre a Proposta da entidade que o superintende, devendo a escolha recair em pessoa cujas competências e conhecimento em género sejam reconhecidas e cujo engajamento em promover a igualdade e equidade de género já foi comprovado.

2. Compete ao Director/a Executivo/a:

- a) Representar o Instituto em juízo e fora dele;
- b) Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Direcção do Instituto e do Conselho Técnico Consultivo;
- c) Superintender, coordenar, dirigir e fiscalizar as actividades, serviços, pessoal e demais recursos do INPG, velando pelo seu bom e eficaz funcionamento;
- d) Autorizar despesas dentro dos limites que forem fixados pelo Conselho de Administração;
- e) Exercer a acção disciplinar sobre o pessoal nos termos da lei;
- f) Nomear, contratar e rescindir contratos de pessoal nos termos legais;
- g) Decidir sobre todos os assuntos relativos ao INPG, que não sejam da competência de qualquer outro órgão;
- h) Submeter ao Chefe do Governo, através da tutela, todas as questões que careçam resolução superior;
- i) Exercer o voto de qualidade nas deliberações do Conselho Técnico Consultivo;
- j) Promover a execução das deliberações que vinculem o Instituto;
- k) Assegurar a representação do Instituto junto de outros serviços, entidades, nacionais estrangeiras e Internacionais.

3. Na sua falta e impedimentos, por um período de trinta dias, o/a Director (a) Executivo/a é substituído/a por um dos chefe de Departamento, dando conhecimento à entidade que o superintende.

4. Na sua falta e impedimentos por um período superior a trinta dias, o substituto é designado pela entidade que o superintende, sob proposta do/a Director/a Executivo/a.

Artigo 8.º
(Conselho Técnico Consultivo)

1. O Conselho Técnico é um órgão de concertação do INPG, composto pelos representantes das estruturas focais dos Ministérios e da sociedade civil, sendo um representante por Instituição, um representante da Direcção Regional da Mulher e da Família do Governo Regional do Príncipe e um representante da Rede do Sistema das Nações Unidas.

2. Compete ao Conselho Técnico Consultivo:

- a) Apoiar o/a Director/a Executivo/a na análise de situação, da programação e na harmonização das actividades do INPG;
- b) Acompanhar e avaliar a execução das políticas públicas relativas à problemática do género;
- c) Pronunciar-se sobre todos os assuntos ou projectos relativos à problemática da mulher e do género que lhe sejam submetidos pelo/a Director/a Executivo/a do INPG ou pelo governo;
- d) Assegurar a cooperação de todos os sectores da Administração e de Organizações não Governamentais na prossecução dos objectivos do INPG e na execução da ENIEG;
- e) O mais que lhe for expressamente cometido por lei, pelos presentes estatutos ou pelos regulamentos internos do INPG.

3. O conselho Consultivo só poderá dar o seu parecer com a presença de, pelo menos, dois terços dos seus membros, cabendo ao Presidente, em todos os casos, voto de qualidade.

4. Das reuniões do Conselho Consultivo serão lavradas serão assinadas pelos membros presentes.

5. Os pareceres do Conselho Consultivo não são vinculativos.

Artigo 9.º
(Duração do Mandato)

Os titulares dos órgãos referidos nos artigos 50 e 60 terão um mandato de três anos, renovável, e que começam a contar a partir da posse e mantêm-se em funções até serem substituídos.

Secção II

Serviços Internos

Artigo 10.º
(Departamentos)

O INPG é composto pelos seguintes departamentos:

- a) Departamento Administrativo e Financeiro;
- b) Departamento de Planificação, Seguimento e Avaliação;
- c) Departamento de Apoio à Integração de Género;
- d) Departamento de Estudos e Pesquisas.

Secção III

Competências

Artigo 11.º
(Competências)

(Atribuições do Departamento Administrativo e Financeiro)

O Departamento Administrativo e Financeiro é responsável pela gestão do pessoal, dos bens materiais e dos orçamentos.

Artigo 12.º
(Departamento de Planificação, Seguimento e Avaliação)

O Departamento de Planificação, Segurança e Avaliação é encarregue da planificação da implementação da ENIEG, da coordenação e do seguimento e da avaliação das intervenções de todos os actores em matéria de promoção da mulher e família.

Artigo 13.º
(Departamento de Apoio à Integração do Género)

O Departamento de Apoio à Integração do Género é encarregue da coordenação das actividades de formação, apoio-conselho e advocacia junto dos mecanismos institucionais, dos parceiros implicados e dos decisores.

Artigo 14.º
(Departamento de Estudos e Pesquisas)

O Departamento de Estudos e Pesquisas é o responsável pela realização dos estudos quantitativos e qualitativos relativos à situação das mulheres e dos homens, pela gestão do sistema de informação, pela edição e difusão das publicações sobre a promoção da mulher e igualdade e equidade de género em São Tomé e Príncipe.

CAPÍTULO III

Da gestão financeira e patrimonial

Artigo 15.º
(Gestão financeira)

1. A gestão financeira do INPG rege-se pelas leis da contabilidade pública relativas aos serviços dotados de autonomia administrativa, financeira e patrimonial;

2. O INPG tem orçamento privativo e receitas próprias para a realização das suas despesas.

3. A gestão financeira do INPG orienta-se por:

- a) Planos plurianuais;
- b) Planos e relatórios anuais;
- c) Orçamentos anuais.

Artigo 16.º
(Receitas)

1. Consideram-se receitas do INPG, as seguintes:

- a) Os saldos das contas dos anos findos;
- b) As dotações do OGE;
- c) As participações, legados, donativos ou subsídios provenientes de quaisquer entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;
- d) Remunerações por serviços prestados e actividades que realizar no âmbito das suas atribuições;
- e) Outras receitas cobradas;
- f) Quaisquer outras receitas, incluindo as da venda de propriedades, ou eventuais subvenções que receba.

Artigo 17.º
(Despesas)

Constituem despesas do INPG, as que forem efectuadas para a realização dos seus fins de harmonia com os presentes Estatutos e o Plano de Actividades, designadamente:

- a) Os encargos com o respectivo funcionamento e com o cumprimento das atribuições e competências que lhe são atribuídas;
- b) O custo de aquisição, manutenção e conservação de bens, equipamentos ou serviços que tenha de utilizar.

Artigo 18.º

(Ano económico e contas)

1. Os balanços são anuais e as contas do Instituto são apresentadas com, pelo menos quinze dias de antecedência, da data da reunião ordinária anual, realizada para o efeito.

2. A determinação dos resultados e apresentação de contas terá lugar anualmente, reportando-se a trinta e um de Dezembro, coincidindo o exercício económico e orçamental com o ano civil.

Artigo 19.º**(Controlo financeiro)**

O controlo da gestão dos recursos do INPG será feito periodicamente através de auditorias externas.

Artigo 20.º**(Património)**

Constituem património do Instituto, a totalidade dos bens imóveis, móveis, se moventes, valores em numerário e outros, que receba ou adquira no exercício das suas actividades.

Capítulo IV**Do pessoal****Artigo 21.º****(Recrutamento)**

1. O INPG terá um pessoal permanente e pessoas recurso para prestação temporária de serviços.

2. O pessoal permanente será composto de funcionários provenientes da função pública.

3. As modalidades da sua disponibilização e recrutamento serão especificadas nos diplomas relativos ao estatuto do pessoal do INPG.

4. As pessoas-recurso constituídas por peritos e prestadores de serviço serão recrutadas por contrato a prazo, em função das prestações esperadas.

Artigo 22.º**(Estatuto remuneratório)**

1. O estatuto remuneratório do pessoal do INPG é aprovado e actualizado pelo Ministério que o superintende.

2. As remunerações dos trabalhos do INPG estão sujeitas a tributação nos termos da lei.

CAPÍTULO V**Extinção****Artigo 23.º****(Extinção)**

1. Em caso de extinção do Instituto, serão observadas as normas prescritas nos presentes Estatutos;

2. A extinção do Instituto é deliberada em Conselho de Ministros, através de Decreto;

3. Deliberada a extinção, uma vez cumpridas todas as obrigações, o património existente que não esteja sujeito a fins especiais, será entregue, por deliberação do Conselho de Ministros, a uma Instituição Nacional que tenha idêntica finalidade ou semelhante à do Instituto, ou em alternativa, afectado ao património do Estado.

CAPÍTULO VI**Disposições finais****Artigo 24.º****(Dúvidas e omissões)**

As dúvidas e omissões que surgirem na interpretação ou na execução dos presentes Estatutos serão resolvidas de harmonia com a lei e os princípios gerais de Direito.

Artigo 25.º**(Regulamento Interno)**

Compete aos membros do Instituto, sob coordenação do/a Director/a Executivo/a ou a quem este/a delegar, a elaboração da proposta de regulamento interno, Guia aprovação compete ao Director/a do Instituto.

Artigo 26.º**(Entrada em vigor)**

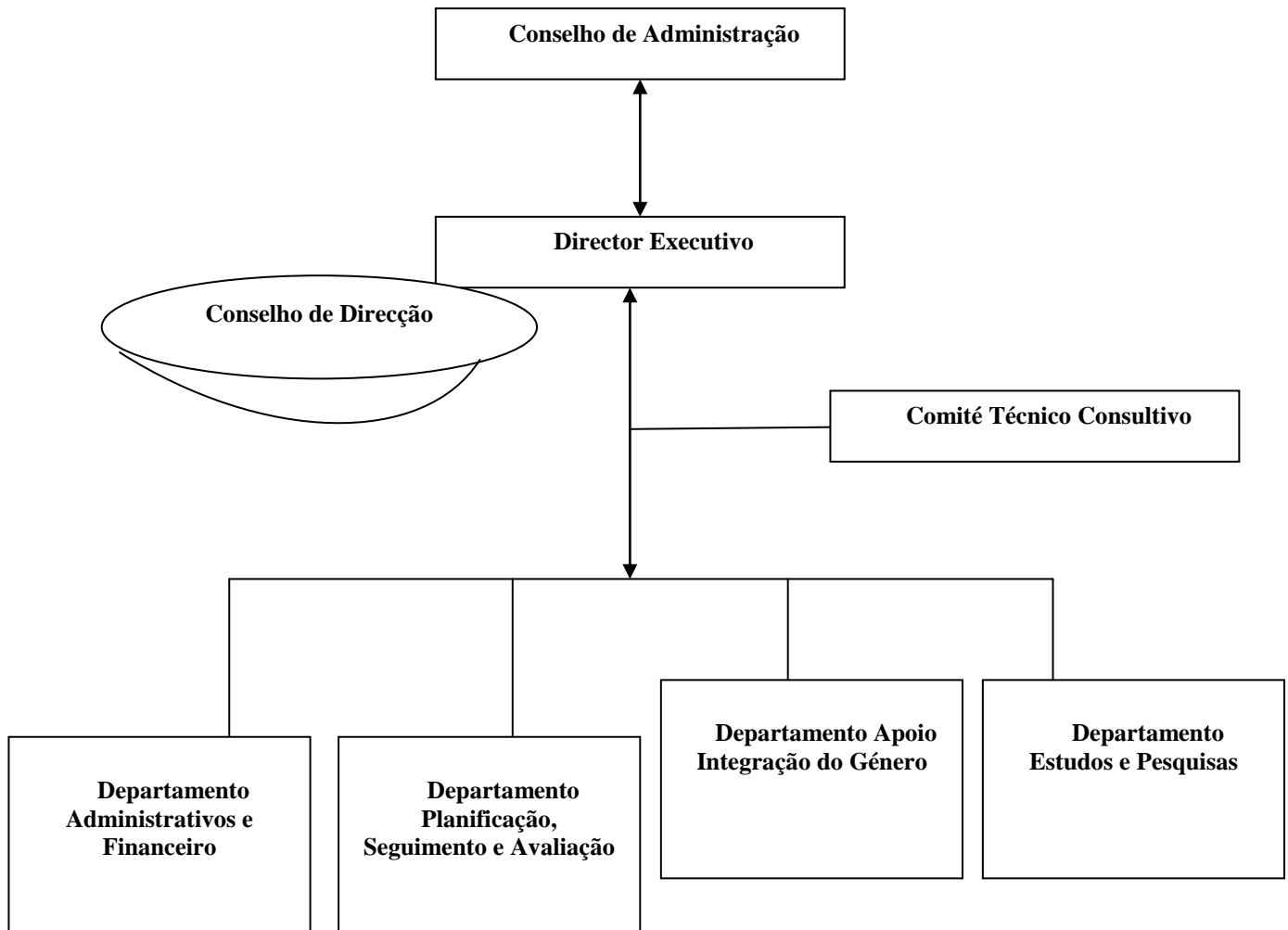
O presente estatuto entra em vigor nos termos legais.

A Ministra do Trabalho, Solidariedade, Mulher e Família, *Dr.ª Maria de Cristo Hilário dos Santos Raposo Costa de Carvalho*.

Tribunal de Contas, em 14 de Junho de 2007;

Rosa Maria de Sousa Pontes Montoia -exonerada a seu pedido, do cargo de Chefe de Secção da Direcção de

ORGANIGRAMA DO INSTITUTO NACIONAL PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS COOPERAÇÃO E COMUNIDADE

Direcção Administrativa e Financeira

Extractos de Diploma de Provimento

Por despacho de 25 de Outubro de 2005, visado pelo

Protocolo deste Ministério, com efeito a partir de 20 de Outubro de 2005, cargo para que havia sido nomeada por Despacho de 9 de Fevereiro de 1993, visado pela extinta Secretaria do Supremo Tribunal da Justiça em 19 do mesmo mês e ano e publicado no Diário da República n.º 8, de 8 de Junho de 1993.

Direcção Administrativa e Financeira do Ministério dos Negócios Estrangeiros Cooperação e Comunidades,

em S. Tomé, aos 18 de Julho de 2007.- A Directora,
Maria de Fátima Beirão.

Por Diploma de Provimento de 2 de Novembro de 2006, visado pelo Tribunal de Contas, em 28 de Junho de 2007;

Fláminio d'Assunção Carvalho, nomeado provisoriamente Secretário de Protocolo de 3.ª Classe da Direcção do Protocolo de Estado, com efeito a partir de 1 de Novembro de 2006.

Direcção Administrativa e Financeira do Ministério dos Negócios Estrangeiros Cooperação e Comunidades, em S. Tomé, aos 18 de Julho de 2007.- A Directora,
Maria de Fátima Beirão.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 20/GMECJD/07

A Direcção Administrativa e Financeira é o serviço central do Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto, com funções de coordenação, apoio técnico, administrativo e financeiro nas seguintes áreas:

- a) Gestão dos recursos materiais, financeiros e patrimoniais do Gabinete da Ministra e dos serviços centrais e regionais;
- b) Gestão e formação dos recursos humanos afectos aos serviços centrais e regionais;
- c) Organização e racionalização administrativas;
- d) Arquivo e documentação.

Considerando a amplitude e complexidade das funções daí decorrentes, os Técnicos e Pessoal dirigente, no exercício das suas funções, para dar cumprimento, em tempo útil, a entrega de mapas de títulos de salário e requisições mensais, têm vindo a trabalhar para além das horas normais de expediente, inclusive, fins de semanas e feriados, sem qualquer compensação;

Considerando ainda a legalidade da verba inscrita no OGE/2007, para suportar os encargos decorrentes na referida despesa;

Assim sendo, usando das faculdades que me são conferidas nos termos da alínea e) do artigo 5.º do Decreto n.º 2/2007.

Determino:

Artigo 1.º

É autorizado, nos termos do artigo 2.º com observância dos dispostos n.ºs 12 e 14 do artigo 1.º do diploma legislativo n.º 825, de 15 de Outubro de 1970, a remuneração de horas extraordinárias a prestar no decurso do ano económico 2007, ao pessoal afecto a Direcção Administrativa e Financeira do MECJD, respeitando os limites preconizados no artigo 1.º do Decreto n.º 39/92, correndo os encargos por conta da Unidade Gestora-29.1.02-01-0103-004-A-1001-01-01-1000-311430-Horas Extraordinárias, do Orçamento Geral do Estado para o corrente ano.

Artigo 2.º

O presente despacho entra imediatamente em vigor com efeito retroactivo a contar do mês de Janeiro do ano em curso.

Publique-se.

Gabinete da Ministra da Educação, Cultura, Juventude e Desporto em S. Tomé 08 de Maio de 2007.- A Ministra, *Maria de Fátima Leite de Sousa Almeida.*



DIÁRIO DA REPÚBLICA

AVISO

A correspondência respeitante à publicação de anúncios no *Diário da República*, a sua assinatura ou falta de remessa, deve ser dirigida ao Centro de Informática e Reprografia do Ministério da Justiça e Assuntos Parlamentares – Telefone: 225693 - Caixa Postal n.º 901 – E-mail: cir@cstome.net São Tomé e Príncipe - S.Tomé.